

Azevedo, I. C. M. e Damasceno-Morais, R. (orgs.) (2022). *Introdução à análise da argumentação* (pp. 266). Campinas, São Paulo: Pontes Editores. ISBN: 978-65-5637-478-9.

Tatiane Silva Figueiredo  
Universidade Federal de Goiás  
(Brasil)  
tatianesfig@discente.ufg.br  
<https://orcid.org/0000-0002-1639-496X>

A obra *Introdução à análise da argumentação* foi organizada por Isabel Cristina Michelan de Azevedo e Rubens Damasceno-Morais, professores e pesquisadores com vasta pesquisa na seara da argumentação. Azevedo é doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e, atualmente, atua como professora na graduação e na pós-graduação na Universidade Federal de Sergipe (UFS), em que lidera o Grupo de Pesquisas em Argumentação e Retórica Aplicadas (GPARA), orientando pesquisas situadas no campo da Linguística Aplicada, sobretudo da Pedagogia dos Multiletramentos. Damasceno-Morais, por sua vez, é doutor pela Université Lumière Lyon 2 e, atualmente, atua como professor na graduação e na pós-graduação na Universidade Federal de Goiás (UFG), em que coordena o Grupo de Pesquisa Teorias de Argumentação e Retórica (TEAR), exercendo pesquisas voltadas para a dinâmica do discurso argumentativo em interações agonais, em que, juntamente com orientandos da graduação e da pós-graduação, analisa interações argumentativas em diversos domínios (redes sociais, jurídico, etc.).

Atuando ambos em campos de estudo que convergem entre si, Azevedo e Damasceno-Morais planejaram e organizaram a obra objeto desta análise, que, como o próprio nome já sugere, trata-se de uma produção que aborda a argumentação de forma introdutória – porém, com a devida profundidade – em diferentes perspectivas, com a contribuição de diferentes autores e teorias dessa área tão vasta e complexa. Tal finalidade é devidamente refletida nos questionamentos (extremamente intrigantes, inclusive) dispostos na contracapa do livro, de autoria do renomado estudioso da argumentação Rui Alexandre Grácio, segundo o qual: “será suficiente adotar uma perspectiva e atermo-nos à sua lógica para que uma análise seja satisfatória? Ou a melhor opção será a de convocar as melhores intuições que cada perspectiva proporciona de modo a proceder a descrições e a análises o mais completas e fundamentadas possível?”. Trata-se de questionamentos que já preparam o leitor para enxergar as respostas que o livro se propõe a oferecer: não existe uma forma certa ou errada de analisar a argumentação, mas sim diferentes maneiras de percebê-la, sendo que o melhor jeito de lidar com esse impasse é procurar entender as diferentes perspectivas e usá-las da melhor maneira possível e com a devida fundamentação.

A obra reflete, pois, essa árdua tentativa de lidar com as diversas correntes argumentativas, o que é perceptível nos capítulos que compõem o livro, de modo que cada capítulo apresenta uma forma específica de analisar a argumentação. Antes de adentrar em cada perspectiva, porém, o livro inicia com um prefácio escrito por Rui Alexandre Grácio (estudioso anteriormente mencionado), que apresenta noções introdutórias demasiadamente intrigantes a partir da questão “Professor, quando é que começamos a argumentar?”, que já proporciona no leitor uma certa inquietação frente a esse campo tão vasto e cheio de possibilidades quanto é o da argumentação. Na sequência, deparamo-nos com uma breve apresentação da obra, em que os organizadores explicam de forma resumida – porém satisfatória – sobre como foi planejado o livro e, em seguida, há um primeiro

Tatiane Silva Figueiredo

capítulo introdutório para melhor situar o leitor sobre as diferentes perspectivas argumentativas. Após uma parte inicial tão informativa e instigante, o leitor finalmente se depara com uma série de capítulos – cada qual com um breve resumo ao final – estrategicamente ali colocados, em que temos, primeiramente, capítulos com perspectivas mais voltadas para a argumentação enquanto produto, priorizando a avaliação dos argumentos (noções de lógica, premissas, validade, falácia, etc.); e, mais ao final, capítulos com perspectivas mais voltadas para a argumentação enquanto processo, priorizando a descrição (noções de retórica, locutor e alocutário, conflito, oposição etc.). Contudo, destaca-se que, tendo em vista o referido propósito, alguns capítulos poderiam ter vindo em outra ordem, conforme veremos mais adiante nesta análise.

No primeiro capítulo, *Desafios e procedimentos da análise retórica e argumentativa*, escrito pelos próprios organizadores Isabel Cristina Michelan de Azevedo e Rubens Damasceno-Morais, os autores discorrem sobre a necessidade de conectar teoria, metodologia e análise – o que é demasiadamente complexo. Em seguida, dispõem como se dá uma análise a partir da retórica, em que o estudioso já deve analisar um texto buscando os pontos de persuasão; ainda nesse âmbito, comentam também sobre a importância do *pathos*, *ethos* e *logos* para o estudioso da retórica. Posteriormente, discorrem sobre a dificuldade de definir o que é argumentação, uma vez que abrange as mais diversas áreas; alegam que há diferentes formas de se entender argumento e argumentação, de modo que a primeira coisa que o analista deve fazer é situar seu objeto de estudo, qual modelo vai seguir etc. Conferem também um breve percurso sobre as diferentes perspectivas: retórica de Perelman, lógica de Toulmin, pragmatialética de Eemereen, modelo dialogal de Plantin etc. Ao final, destacam que a análise argumentativa nunca será imparcial, pois o próprio objeto de análise é subjetivo – o que não deve, segundo os autores, ser visto como um empecilho, mas como um degrau para diferentes perspectivas teóricas; afinal, quanto mais perspectivas forem testadas, mais podemos aprender com o discurso do outro.

No segundo capítulo, *O modelo argumentativo de Toulmin: sobre uma proposta de aplicação da lógica dos usos do argumento*, escrito por Patrícia Del Nero Velasco, a autora inicia destacando que a lógica de Toulmin se difere da lógica matemática, pois aquela está mais para uma lógica prática, sendo mais aplicável a áreas como o direito. Apresenta que argumentos do mesmo tipo lógico pertencem ao mesmo campo e, os que não são do mesmo tipo, pertencem a campos distintos. Explica que a “garantia” segundo Toulmin constitui regras ou princípios que legitimam a transição dos dados, garantias essas que nem sempre são explicitadas no processo argumentativo, mas que podem precisar de apoios ou avais – de modo que “provavelmente”, “certamente” etc. constituem o grau de força que a garantia confere à justificação da alegação.

Posteriormente, Velasco enquadra diferentes situações em esquemas que ilustram a lógica de Toulmin (dado, garantia, apoio, alegação, refutação etc.), dentre as quais se destaca um episódio do “Greg News”, com Gregório Duvivier, sobre a situação dos entregadores que prestam serviço aos aplicativos de *delivery* (transporte e entrega). A partir dali, apresenta críticas positivas ao modelo: é interessante para mostrar que a argumentação necessita não apenas do contexto, mas também de lógica; de outro lado, as críticas negativas apontam que seria complicado usar tal modelo em contextos argumentativos mais amplos, em que a argumentação não é linear e não possui etapas definidas.

Mais ao final, a autora discorre sobre um ponto bem interessante: de acordo com o modelo toulminiano, se houver problemas com as garantias ou razões etc., os argumentos podem ser considerados falaciosos; porém, há autores que não concordam com essa visão, pois consideram que falácias sejam estratégias argumentativas, e não argumentos falhos – daí que depreende-se

Tatiane Silva Figueiredo

a contraposição entre, de um lado, o aspecto avaliativo da argumentação das perspectivas mais voltadas à lógica e, de outro, o caráter descritivo da argumentação das perspectivas mais distantes da lógica (que veremos mais adiante). Ao concluir, a autora destaca que, a despeito de suas limitações, o esquema argumentativo de Toulmin pode ser de grande valia como instrumento de análise de diferentes situações argumentativas.

No terceiro capítulo, *Armas de fogo, carros e liquidificadores: um estudo de argumentação por analogia sobre a facilitação da posse de armas de fogo no Brasil*, de Filipe Mantovani Ferreira, o autor comenta sobre a figura da analogia, recurso argumentativo de extrema importância para o orador. Retoma um pouco o percurso da retórica, que entrou em desuso por algum tempo e foi retomada no tratado da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, que se opõe ao racionalismo cartesiano (que prezava pela verdade absoluta) e foca nas noções do desacordo e na busca da verossimilhança. Não há, contudo, uma oposição total ao racionalismo, mas sim uma reformulação do mesmo, em que se destaca a importância de argumentar de modo racional, evitando picos de irracionalidade.

Mantovani explica mais a fundo sobre a analogia, apresentando os conceitos de *tema* e *foro*, sendo que o tema (objeto de comparação) é compreendido em função do foro (objeto de referência). Posteriormente, analisa comentários de internautas (em ambiente virtual) que criticaram os pronunciamentos polêmicos do General Heleno e do então Ministro Onyx Lorenzoni, integrantes do governo Bolsonaro, que usaram da figura da analogia, equiparando a posse de armas (tema) à aquisição, respectivamente, de carros e de liquidificadores (foro). Conclui que, apesar de a analogia consistir em um importante recurso para se conquistar a adesão de um auditório, é inerentemente instável, sendo possível refutá-la com base nos próprios prolongamentos (dessemelhanças entre os objetos que foram desconsideradas) que aquela permite – o que se verificou na análise realizada. Ali, os internautas não aceitaram a analogia feita por Heleno e Lorenzoni porque foram desconsideradas diferenças entre armas, carros e liquidificadores (funções e riscos muito diferentes) que são importantes para o auditório. Verificou-se, ademais, que os internautas usaram da ironia para destacar as diferenças entre os objetos comparados (ex: “soube de um menino que levou liquidificador para a escola para se vingar do bullying que sofria, foi um massacre”), evidenciando por que é inaceitável considerar os objetos em questão como pertencentes à mesma categoria.

No quarto capítulo, *Lógica informal: uma introdução aos procedimentos de análise e de avaliação dos argumentos*, de Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, o autor explica que o capítulo irá focar na lógica informal, distinguindo a lógica informal pura (um fim em si mesmo) e a aplicada (um meio para um fim prático). Destaca que a lógica informal trabalha tanto com a dimensão lógica quanto com a dialética, de modo que a argumentação deve ser pensada considerando um núcleo ilativo (atividade racional, teses e razões) e o reconhecimento do caráter controverso da tese (considerar as objeções e críticas aos argumentos). Segundo os adeptos da Lógica Informal, deve-se, portanto, analisar os tipos de raciocínios (dedução, indução etc.) e a estrutura dos argumentos (serial, convergente), assim como o estudo das falácias e esquemas argumentativos. O autor destaca ainda que os raciocínios presuntivos são os mais utilizados no cotidiano, havendo duas atividades de análise do raciocínio argumentativo: a decomposição descritiva (deve-se considerar a efetiva enunciação linguística) e a reconstrução normativa (deve-se verificar tanto o dito quanto o não dito), sendo esta última adotada pelo autor no capítulo.

Na segunda parte do capítulo, o autor analisa o discurso do então ministro Onyx Lorenzoni comparando carros a liquidificadores. Como se pode observar, o autor usa o mesmo objeto uti-

Tatiane Silva Figueiredo

lizado no capítulo anterior, mas agora sob a perspectiva da lógica informal, em que se examina a validade da analogia de Lorenzoni. Gonçalves-Segundo conclui que o argumento do ex-ministro é falacioso, uma vez que dados de fontes confiáveis mostram que o risco de acidentes dos dois objetos não é o mesmo: no período apresentado nos referidos dados (2011 a 2014), não houve registro de acidentes com liquidificadores que resultaram em morte (e, dentre os acidentes existentes, estes consistiram em cortes, não mutilações). Ademais, as funções de armas e liquidificadores são bastante diferentes, evidenciando que os referidos objetos não podem ser enquadrados na mesma categoria – constata-se, por conseguinte, a falácia da falsa analogia, em que verificamos, assim como no capítulo sobre a lógica de Toulmin, o caráter avaliativo das perspectivas mais votadas à lógica.

No quinto capítulo, *A teoria da argumentação na língua e a polifonia enunciativa: argumentando com a voz do outro*, de Erivaldo Pereira do Nascimento, o autor apresenta a perspectiva de Oswald Ducrot na argumentação, perspectiva essa que propõe que o sentido dos enunciados – do sujeito falante – é por natureza polifônico. Nesse ínterim, a argumentação não é vista como habilidade para convencer e persuadir, mas sim como característica intrínseca à língua e à interação humana. Nascimento destaca que Ducrot vai contra a teoria tradicional da argumentação, que distingue a parte objetiva e subjetiva do enunciado: para o referido estudioso, a língua não apresenta parte objetiva, pois a construção do enunciado é subjetiva por si só. Reforça que Ducrot traz o termo ‘polifonia’ de Bakhtin para a linguística, questionando a unicidade do diálogo e propondo que o enunciado traz diferentes vozes: polifonia de locutores (um que é responsável pelo enunciado todo, outro que é responsável por apenas parte do enunciado etc.) e de enunciadorees (responsáveis por determinados posicionamentos, sendo alguns relacionados à *doxa* ou à voz coletiva).

O autor destaca ainda a intertextualidade como sendo um dos principais fenômenos da polifonia, em que há a intertextualidade explícita (com citações expressas de outros textos) e a intertextualidade implícita, em que se traz vozes de outros textos, podendo o locutor ir contra ou a favor dessas vozes. Propõe, em seguida, exercícios de polifonia (usando charges, notícias etc.) acompanhados de suas respectivas soluções devidamente explicadas. Ao final, o autor reforça que a construção linguística denuncia, por si só, o posicionamento do locutor do discurso, pois, ainda que haja uma pretensa imparcialidade ou objetividade no texto, aquele imprime um modo como o texto deve ser lido e, por conseguinte, orienta o discurso para determinadas conclusões.

No sexto capítulo, *Argumentação no discurso: problemáticas e perspectivas*, de Helcira Lima, a autora destaca que a argumentação no discurso se vale dos preceitos e conceitos da retórica e da Análise do Discurso (AD), às vezes os retomando e às vezes os resignificando. Segundo Lima, enquanto a retórica exige um sujeito soberano, para a AD o sujeito seria heterogêneo e atravessado – daí a dificuldade de se aproximar os dois universos, embora não seja impossível. Destaca que, no capítulo, fará uso da abordagem da AD francesa, denominada de “segunda geração”, que é mais alinhada aos estudos linguísticos, sendo entendida no espaço social, de relações de força que pressionam o sujeito, mas que não o impedem de se movimentar. Explica alguns aspectos da Nova Retórica (NR) de Perelman, que restitui o caráter comunicacional da retórica, retomando noções acerca do *logos* (lógica do discurso proferido), do *ethos* (imagem do orador construída no discurso) e do *pathos* (emoções que o orador suscita no auditório). Destaca que Amossy, estudiosa da AD francesa, associa a argumentação retórica à abordagem discursiva, sem emitir julgamentos – e, diferentemente de Ducrot, Amossy defenderia uma argumentatividade inerente ao funcionamento discursivo, propondo a existência de uma dimensão argumentativa (orienta maneiras de ser, reforçando valores etc., como fazem os livros) e de uma finalidade argumentativa (fazer

Tatiane Silva Figueiredo

aceitar uma tese ou ponto bem definido, como discursos políticos e jurídicos). Mais ao final, Lima analisa o *corpus* que consiste em anúncios do “O Boticário”, mostrando mulheres supostamente empoderadas em novas versões dos contos de fada clássicos (Branca de Neve, Cinderela etc.). Conclui que, apesar de a campanha publicitária tentar projetar imagens progressistas em relação à igualdade de gênero, não subverte de fato o *status quo*, uma vez que reforça estereótipos e padrões de beleza, perpetuando uma *doxa* patriarcal.

No sétimo capítulo, *Perspectiva dialogal e análise dialógica: a argumentação biface*, de Wander Emediato e Rubens Damasceno-Morais, os autores destacam a importância de se analisar a argumentação em um quadro dialógico e dialogal, uma vez que, desde Aristóteles, considera-se que a argumentação se nutre de uma situação de controvérsia, que está no cerne do diálogo argumentativo, colocando os interlocutores no papel de proponentes ou alvos no sentido de defenderem seu ponto de vista. A partir das noções de Christian Plantin sobre interação argumentativa, os autores focam na dupla dimensão do dialogismo: o dialogismo interlocutivo (diálogo) e o dialogismo interdiscursivo (que remete às vozes, aproximando-se da teoria bakhtiniana). Diante do referido referencial teórico, os autores analisam uma situação de interação argumentativa em ambiente de rede social, tendo como objeto comentários de internautas contrários e favoráveis aos pronunciamentos polêmicos de Bolsonaro sobre o Coronel Ustra, quando aquele ainda era deputado.

Como resultado, constataram que: é possível verificar o dialogismo interdiscursivo no discurso de cada internauta ao defenderem seu posicionamento, isto é, os valores e crenças que acreditam (ser mais à direita e defender Bolsonaro ou ser mais à esquerda e ser contrário àquele) e, nesse âmbito, conceitos como “liberdade”, “ditadura” etc. são ressignificados a partir do posicionamento que cada um adota; por outro lado, é possível verificar o dialogismo interlocutivo nas construções com valor injuntivo (“não seja radical!”, “defina fascista” etc.), que chamam e interpelam o outro a reagir, promovendo uma interação entre os internautas – o que os autores se referem como “onda dialogal”. Ao final, reforçam a existência da dupla dimensão do dialogismo, que corresponde à argumentação biface (interlocutiva e interdiscursiva) postulada por Plantin.

Finalmente, no posfácio intitulado *Princípios de análise retórica do discurso: a quaestio*, escrito por Luiz Antonio Ferreira, o autor reforça o período conturbado em que vivemos, em que as opiniões e valores (*doxa*) estão muito exacerbados, fazendo com que a argumentação (que parte dos domínios de valor) se torne ainda mais delicada, uma vez que o ato retórico nunca é anódino e sempre busca a adesão, implicando uma disputa de valores que pode deixar a interação mais ou menos conflituosa. Reforça preceitos retóricos já explorados ao longo do livro: para persuadir, o orador deve mostrar força através de uma argumentação verossímil (preocupação em parecer verídico, não em buscar a verdade absoluta) e deve atentar para as provas de persuasão, que residem no caráter moral do orador (*ethos*), no próprio discurso (*logos*), e no modo como se dispõe o ouvinte (*pathos*). No que diz respeito à *quaestio*, o autor destaca que o ato retórico implica uma questão base – que pode ser explícita ou implícita – e, a partir dela, o orador deve planejar o seu discurso (provas que defendem sua posição, formas de organizar as provas etc.). Ao final, reforça que a *quaestio* constitui a base de um discurso, sendo que, na retórica, a questão não pede uma verdade absoluta que deva ser cientificamente comprovada, mas sim algo a ser problematizado e discutido.

Diante dessa breve exposição dos capítulos, depreende-se que a obra faz jus ao que se propõe, conferindo um conhecimento introdutório – mas com a devida profundidade – acerca desse vasto campo da argumentação. A disposição de capítulos é, no geral, feita de modo estratégico, desde as perspectivas mais voltadas à lógica do argumento (priorizando a avaliação) até as mais voltadas

Tatiane Silva Figueiredo

à interação argumentativa (priorizando a descrição): inicia com a parte introdutória, adentra na lógica de Toulmin, segue para a lógica informal e a Nova Retórica, seguindo, a partir daí, para a Análise do Discurso e finaliza com a perspectiva dialógica e dialogal de Plantin, além do posfácio, que reforça aspectos da perspectiva retórica. Ressalta-se, contudo, que alguns dos capítulos iniciais poderiam ter vindo em outra ordem para melhor atender ao referido propósito: o capítulo da lógica informal poderia ser o terceiro capítulo (logo depois do de Toulmin, que permaneceria como o segundo), seguido do capítulo sobre a perspectiva de Ducrot e, como quinto capítulo, o da Nova Retórica de Perelman, seguido dos demais (que permaneceriam na ordem original). Com essa pequena alteração, os capítulos seguiriam mais corretamente o planejamento acima descrito, o que ajudaria ainda mais o leitor a entender as diferenças entre cada perspectiva.

Destaca-se que a elaboração dos capítulos foi realizada com primorosa maestria por cada um de seus autores, tendo a devida preocupação em apresentar a proposta – assim como a perspectiva adotada – logo no início do capítulo e, em seguida, conferindo um aprofundamento teórico seguido de análises de exemplos concretos, convidando o leitor a fazer os exercícios juntamente com os autores, conferindo, assim, uma abordagem mais prática à obra e auxiliando na fixação do conteúdo abordado. Naturalmente, os capítulos tiveram seus pontos fortes e fracos: alguns se sobressaem pela exposição teórica, enquanto outros, pela análise de dados – mas, no geral cumprem o que se propuseram a fazer. Outro ponto demasiadamente positivo da obra é que há um breve resumo, feito pelos organizadores, ao final de cada capítulo, o que é muito importante para ajudar o leitor a fixar o conteúdo há pouco lido, além de auxiliar a visualizar com mais clareza como os capítulos conversam entre si.

Ademais, reforçando o que já destacamos anteriormente, depreende-se que houve um planejamento de fato, uma vez que, apesar da diversidade de autores e perspectivas, os capítulos da obra não apenas conversam entre si, mas criam um verdadeiro caminho intuitivo das diferentes formas de se analisar a argumentação: desde as percepções que se aproximam da lógica, enxergando a argumentação como produto, até as correntes mais voltadas para o discurso e diálogo, enxergando a argumentação como processo. Demonstra, assim, a perspicácia dos organizadores, que souberam planejar e organizar os capítulos de maneira adequada e visando a um propósito.

Trata-se, portanto, de uma obra que, de maneira bem didática, proporciona um conhecimento geral – e, dentro do possível, com a devida profundidade – acerca da vasta área da argumentação, conferindo uma noção satisfatória acerca das suas diferentes perspectivas, além de trabalhar a teoria de modo prático através de análises e exercícios com objetos concretos. Destarte, recomenda-se a leitura aos estudiosos da linguística em geral, sobretudo do âmbito da argumentação, assim como aos que não são da área e que almejam iniciar a desbravar esse campo tão complexo e rico.